

Políticos humilhados

O Senado autorizou quarta-feira, em sessão festiva, a contratação de empréstimo de US\$ 99 milhões com o Banco Mundial para controle da malária na bacia amazônica. A convicção do interesse público levou vários senadores a discursarem sobre a malária e alguns a aplaudirem o vigilante Leite Chaves (PMDB-PR), que atendendo a repetidas solicitações, não pediu verificação de quorum, pois, se o fizesse, não haveria número.

A preocupação com os maláricos evitou fossem consideradas outras questões, como, por exemplo, a levantada pelo intrépido senador Itamar Franco (PRN-MG) sobre as condições do empréstimo. Havia pressa em votar, como enfatizou o brilhante líder Marcondes Gadelha (PFL-PB), pois o Bird estava exigindo o de acordo do Senado, que, mais uma vez, votou sem um exame adequado.

Não houve quem suscitasse os motivos pelos quais a incidência da malária cresce em todo o País, atingindo, no ano passado, a 559 mil registrados. Como as estatísticas nacionais são, quase sempre, deficientes, nem todos os casos notificados, pode-se esperar um total bem maior. De qualquer forma 559 mil brasileiros merecem mais que pronunciamentos repletos de humanismo e patriotismo, porém genéricos.

É verdade que o ilustre ministro da Saúde, cujo nome dificilmente seria citado pela maioria dos presentes, fez um apelo ao presidente do Senado para que o empresário

fosse autorizado rapidamente porque o Banco Mundial estava aguardando. O prestígio do presidente garantiu a aprovação, no entanto teria sido melhor, em termos administrativos, que o ministro houvesse comparecido à Comissão específica, detalhando seus planos para a malária e por que temos de recorrer aos recursos externos, sobre os quais incide "uma comissão de compromisso de 0,75 por cento ao ano", juros etc.

O ardor cívico levou os senadores a não analisarem a eficiência da ação do Ministério da Saúde contra uma endemia que tem aumentado sempre. Compreende-se esse comportamento, mas estranha-se que ninguém tenha ficado indignado quando o senador José Inácio, notável presidente da CPI da Corrupção, denunciou manobra escusa e desmoralizante do Gabinete do Ministro da Saúde.

No início de maio ele solicitou uma audiência com o ministro e só anteontem recebeu a resposta: seria recebido por Sua Excelência se votasse a favor do empréstimo do Bird. Os políticos estão desacreditados, mas a condição imposta pelo Ministério da Saúde a um senador, mesmo que não fosse um José Inácio, é humilhante. Como acentua o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), os políticos estão chegando ao fundo do poço. É preciso que reajam. Do contrário, continuarão sendo chamados de vagabundos até em emissoras oficiais, como aconteceu esta semana.